



Gastão Reis

ATUALIDADE DE RUY BARBOSA

A frase “a história só se repete como farsa” é muito repetida sem levar em conta o contexto histórico em que surgiu. Na verdade, Marx, ao analisar o desastroso período da história da França comandada pelo rei Luís Filipe, sobrinho de Napoleão Bonaparte, afirmou, especificamente sobre aquela época, que “a história acontece como tragédia e se repete como farsa.” De nossa parte, nada nos impede de lançar mão de uma boa dose de insolência educada para desafiar a sabedoria um tanto convencional de Marx nesse ponto. Refiro-me a uma visão alternativa de um período de nossa história em que ela, de fato, aconteceu como tragédia, mas poderá se repetir sem ser como farsa, mas como algo de que o país carece há mais de doze décadas. Claro, com as devidas adaptações impostas pelo tempo, mas preservando o cerne sadio de nosso contexto histórico-cultural.

Para tanto, nada melhor do que relembrarmos a figura de Ruy Barbosa para ilustrar a tragédia e fazer uma reflexão nada convencional sobre uma reforma político-institucional de que tanto carecemos.

Ruy Barbosa tinha 40 anos de idade quando a república foi proclamada e ainda viveu mais de 30 anos sob o regime republicano que ajudou ativamente a fundar. Viveu, como homem público conhecido e respeitado, as últimas duas décadas do Império e as primeiras três da república. Pedro II, em 1890, reconhecendo-lhe o papel de suma importância desempenhado no período inicial da república, escreveu sobre ele: "Nas trevas que caíram sobre o Brasil, a única luz que alumia, no fundo da nave, é o talento de Ruy Barbosa." O fato de ter sido o artífice maior da primeira constituição da república confirma o que disse Pedro II sobre a amplitude de sua atuação.

Mas o que nem ele e nem o próprio Pedro II perceberam foi o equívoco fatal de todo o processo que foi colocado em movimento com a eclosão da república. O primeiro passo em falso foi ter cedido à tentação de copiar o modelo republicano presidencialista americano, passando por cima de nossa tradição de cunho parlamentarista manifesta no fato de os prefeitos de nossas cidades serem os presidentes de nossas câmara municipais desde os primórdios de nossa colonização. Em Petrópolis, até 1915, vinte e cinco anos depois de proclamada a república, nosso prefeito ainda era o presidente da Câmara Municipal. Havia, portanto, estreita interação entre os poderes executivo e legislativo. Pude constatar isso, ainda hoje, na cidade do Porto em Portugal (cerca de 300 mil habitantes, como Petrópolis) em conversa com um vereador de lá. Ele me disse ainda que as funções legislativas lhes tomam apenas um dia por semana, pois nos demais dias úteis os vereadores do partido majoritário atuam como secretários municipais, ou seja, como poder executivo.

Esse lastro histórico de quatro séculos, em que tivemos esse modelo de gestão pública funcionando em nosso país (formalmente até 1889 e informalmente até 1934, como no caso de Paraíba do Sul) nos permite entender os frequentes pedidos da população para que nossos vereadores desempenhem funções executivas. Em nosso modelo presidencialista, elas são exclusivas dos secretários municipais e do prefeito, dada a estrita separação entre os poderes legislativo e executivo nesse regime. Essa desarticulação entre os dois poderes explica muito de nossos desacertos, pois as informações que chegam aos vereadores através da população não têm linha direta com o executivo, sempre atrasado em suas ações.

[CONTINUA]

Já deu para perceber a essa altura, caro leitor, parte da tragédia. Para entender o resto da tragédia, voltemos a Ruy Barbosa. Ele não percebeu inteiramente as implicações catastróficas para o país ao copiar o modelo presidencialista americano. Ao suprimir o poder moderador de nosso arcabouço político-institucional (que teria resolvido, por exemplo, o *mensalão* em 24 horas: queda do primeiro-ministro ou dissolução do parlamento com convocação imediata de eleições gerais, ansiadas por todos nós na época), ele abriu uma brecha fatal para que a confiança deixasse de ser a pedra de toque da vida pública, e precedente para que a força militar assumisse a função espúria de poder moderador. Este foi o maior, e pior, coquetel Molotov de nossa História. No parlamentarismo, um político cai em desgraça por simples quebra de confiança em sua atuação. Não se precisa provar nada em nossa lenta justiça. No presidencialismo, os políticos se valem da justiça para permanecerem em seus cargos, como é o caso do atual presidente do senado, sr. José Sarney. Ele conseguiu desqualificar na justiça provas contra seu filho com base em tecnicidades jurídicas entre outras “peripécias”.

Ruy Barbosa morreu aqui em Petrópolis, em 1923, profundamente desiludido, e mesmo arrependido, com o monstrengo que ajudou a nascer. A prova cabal está num discurso proferido oito anos antes no senado da república, em 1915, no ano de bodas de prata falsa dessa república sem *res publica*, ou seja, sem compromisso com o interesse público. Disse ele, quase 100 anos atrás: “No Império, o Parlamento era uma escola de estadistas; o congresso da república tornou-se uma praça de negócios”. Poderia ser mais atual?

Levando em conta as declarações sobre “bandidos de toga” da presidente Eliana Calmon do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o judiciário e a queda recorde de cinco ministros em poucos meses do governo Dilma por corrupção, somos levados a concluir que a praça de negócios se ampliou e tomou conta de nossos podres poderes republicanos. Que tal nos repensarmos em matéria de política e políticos para valer?

Minha identificação: Gastão Reis Rodrigues Pereira

Empresário e economista

E-mail: gastaoreis@smart30.com.br // Cel. 24 9272-8586

Site pessoal: www.smart30.com.br